



# PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS - BA  
MANDATO DO VEREADOR NÁDIA CONCEIÇÃO MOURA COSTA

PROJETO DE LEI Nº. 100/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS	
PROTOCOLO	
NÚMERO	DATA
956	16 06 21
	
SECRETARIA	

Disponhe de sobre a proibição de contratação pelo Executivo e Legislativo Municipal de Pessoas Físicas e Jurídicas condenadas a partir da primeira instância, por crimes de violência e abuso contra crianças e adolescentes no âmbito do município de Cruz das Almas e dá outras providências.

**Art. 1º** Por meio desta lei ficam **proibidos de contratação pelo Executivo e Legislativo Municipal, as Pessoas Físicas e Jurídicas, que tenham sido condenadas por crimes contra crianças e adolescentes** no âmbito do município de Cruz das Almas - BA.

I- No caso de pessoas físicas, esta lei se estende a cargos vinculados a Administração Direta, Autarquia e Fundacional, do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal do município de Cruz das Almas - BA.

II- Para as Pessoas Jurídicas, ficam vetados, ainda:

- a) Qualquer tipo de incentivo fiscal;
- b) Doações;

III- Este impedimento se iniciará na data da publicação da condenação em qualquer das instâncias, e se estenderá até o cumprimento integral da pena, ou com o trânsito em julgado de decisão de absolvição.

IV- São crimes que ensejam a aplicação desta lei os de natureza violenta, de sangue, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, maus-tratos e afins.

Parágrafo único- A proibição descrita no *caput* deste artigo engloba os cargos de natureza temporária, comissionada ou função de confiança.

**Art. 2º** Antes da nomeação para os cargos mencionados no parágrafo único do artigo anterior, a pessoa interessada, obrigatoriamente, deverá apresentar declaração de antecedentes criminais que ateste a sua idoneidade quanto aos crimes descritos no inciso III, do artigo 1º desta lei.





## PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS - BA**  
**MANDATO DO VEREADOR NÁDIA CONCEIÇÃO MOURA COSTA**

**Art. 3º** A vedação imposta nesta lei não se aplica aos crimes culposos e aqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

**Art. 4º** Todos os atos efetuados em desobediência as vedações previstas nesta lei serão considerados nulos a partir da sua vigência.

**Art. 5º** O funcionário que prestar declaração falsa ou desatualizada acerca da sua condição, responderá criminalmente conforme impresso no Código Penal Brasileiro.

**Art. 6º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Paragrafo unico** - Cabera ao Ministério Público Estadual o recebimento de denúncias e a instauração de inquérito civil, para apuração dos expedientes mencionados no caput deste artigo, caso julgue necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Salas das Sessões 24 de maio de 2021.*

*Nádia Conceição Moura Costa*  
**Nádia Conceição Moura Costa**  
**Vereadora - PRB**

DEUS ADIUVAT